

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Isenção de debêntures de infraestrutura pode mudar	2
VEÍCULO: O Globo	4
Título: Lauro Jardim.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Proselitismo :: Marcos Lisboa	6
Título: Temer acertou rumo da economia, mas falhou em não aprovar reformas	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/12/2018****Seção: Coluna do Broadcast****Autor: CRISTIANE BARBIERI****Título: Isenção de debêntures de infraestrutura pode mudar**

Sugestões de mudanças na isenção de Imposto de Renda das debêntures de infraestrutura devem ser entregues ao próximo governo pelo Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais, que conta com representantes do mercado e do atual governo. O objetivo é atrair os bilionários fundos de pensão, que já são isentos em qualquer aplicação e, por isso, não olham para esses papéis. Inicialmente, a equipe do atual governo propôs a retirada do benefício fiscal dessas debêntures e a transferência da isenção para as empresas, que em troca emitiriam os papéis com um pouco mais de prêmio para atrair os fundos. As conversas, no entanto, evoluíram, posteriormente, para que seja possível escolher entre duas opções: a isenção de IR ao investidor, como é hoje, ou a transferência do benefício para os emissores.

» Pela culatra. Alguns interlocutores acreditam, entretanto, que os incentivos fiscais que estão sendo propostos para as empresas vão favorecer donas de projetos já estabelecidos, que têm lucro e menos precisam dos “polpudos” recursos dos fundos de pensão, dada a maior facilidade de captar no mercado. Assim, os projetos greenfield, que começam do zero e têm resultado negativo ao longo dos primeiros anos, não teriam estímulo para emitir as debêntures com um custo mais alto. Além disso, haveria o risco de as debêntures dos projetos greenfield acabarem nas mãos das pessoas físicas, mas que seriam papéis mais adequados aos fundos de pensão, uma vez que investem a prazos mais longos.

» Ligados. As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs), os covered bonds tupiniquins, estrearam no mercado brasileiro com R\$ 1,5 bilhão em emissões no primeiro mês de registro feito pela B3. O Santander Brasil puxou a fila das instituições e foi seguido por Bradesco e Itaú Unibanco, com o maior volume captado até então, de R\$ 1,2 bilhão.

» Põe o dedo aqui. A lista de bancos emissores deve crescer em 2019. Bancos médios e a Caixa Econômica Federal, líder em crédito imobiliário, já consideram testar as LIGs, instrumento de captação que conta com dupla garantia - os ativos atrelados ao título e a do próprio emissor.

» Giro rápido. A gestora SRM/Trust Hub quer dar um salto no mercado brasileiro de crédito para empresas. Com presença em Brasil, Peru e Chile, a SRM estima chegar ao final de 2019 com crescimento de 80% na originação de crédito e nos ativos sob gestão, decorrentes de operações de empréstimo para capital de giro via desconto de recebíveis. A meta é alcançar perto de R\$ 10 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente. Para isso, aposta na agilidade para liberação de crédito, em tempo inferior ao dos bancos, em consequência da tecnologia aplicada na análise de risco.

» Cerco. Outra estratégia é na criação de serviços e produtos para fidelizar seu público, que é composto em 85% por indústrias e empresas da cadeia produtiva. Em 2019, pretende lançar um cartão pós-pago, complementando a opção do cartão pré-pago lançado em 2018. Em seu voo no mercado de crédito, estrutura também a entrada em meio de pagamentos.

» Noel digital. Os consumidores têm preferido usar mais o celular do que o desktop nas compras de fim de ano, indica levantamento da Rakuten Digital Commerce, que trabalha com mais de 1.200 lojas virtuais no Brasil. Nos primeiros 15 dias de dezembro, as vendas via mobile cresceram 82%, enquanto as feitas por desktop aumentaram apenas 4%. No ano passado, 22% das compras de Natal e Ano Novo foram realizadas por meio de dispositivos móveis, contra 78% em computadores e notebooks. Em 2018, os números passaram para 35% e 65%, respectivamente.

» Na veia. Os custos de exames em laboratórios de imagens e análises clínicas podem variar mais de 1.300%, dependendo do prestador escolhido. A conclusão é de pesquisa feita pela corretora de seguros It'sSeg Company, do fundo inglês Actis. O exame de colesterol total foi o campeão em variação de custos. O valor médio para o procedimento, considerando máxima e mínima encontradas em 113 prestadores, foi de R\$ 9,34. Mas há laboratórios que chegam a cobrar R\$ 131,64, valor 1.309,42% acima da média identificada pelo levantamento, que considerou valores de agosto de 2015 a julho de 2018.

» Pão de queijo. Maior geradora privada de energia do País, a Engie fechou contrato para a manutenção de sistemas elétricos e ar condicionado com a BH Airport, operadora do aeroporto de Confins (MG). O acordo faz parte do movimento de avanço na área por parte da companhia, que faturou R\$ 7,5 bilhões em 2018.

» Leilões. Como parte da estratégia, a geradora estuda entrar como parceira em consórcios que vão participar das licitações de terminais aeroportuários. No mercado livre de energia, a Engie já vende o insumo para vários aeroportos e desenvolveu as soluções para cidades inteligentes, que podem ser aplicadas na área. Foco de expansão, o segmento de soluções recebeu investimentos de

cerca de R\$ 350 milhões entre aquisições e crescimento orgânico, em 2018.
COM CRISTIANE BARBIERI

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/12/2018

Seção: Colunas

Autor:Guilherme Amado, Athos Moura e Clarissa Stycer

Título: Lauro Jardim

A delação de Cabral 1

Condenado até agora a 197 anos de prisão, Sérgio Cabral sempre negou ter recebido propinas. Admitia, no máximo, ter usado sobras de campanha para seus luxos. Agora, numa reviravolta em sua resistência em reconhecer o óbvio, Cabral quer fazer uma delação premiada. O líder máximo da organização criminosa fluminense deu uma procuração para o seu novo advogado, João Bernardo Kappen, negociar a colaboração com o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro e com a PGR. Kappen já começou a conversar, ainda em estágio inicial, com autoridades ligadas à Lava-Jato no Rio.

A delação de Cabral 2

Mas, afinal de contas, o que Cabral teria a contar, após dezenas de delações terem esquadrinhado a roubalheira incrustada no Rio? O cardápio inicial inclui o Judiciário — tanto o Tribunal de Justiça do Rio quanto o STJ — ex-chefes do MP fluminense, as jogadas nebulosas da Copa do Mundo e da compra de votos para a Olimpíada de 2016, além de detalhar fatos já narrados em outras colaborações.

Os bons companheiros

A propósito, Cabral tem como seus mais constantes companheiros de conversa em Bangu 8 os deputados Paulo Melo e Edson Albertassi e o seu ex-secretário de Governo, Wilson Carlos.

GOVERNO BOLSONARO

Distância calculada

Quem acompanha de perto as conversas entre Paulo Guedes e sua equipe econômica garante que a vontade da turma de “passar a faca no Sistema S” só se equipara ao desejo de ficar a léguas de distância do presidente da CNI, Robson Andrade.

Centro escanteado

A ideia de fazer da vice-presidência um “centro de monitoramento de projetos do governo”, que o general Hamilton Mourão pregou semanas atrás, ainda não tem o respaldo de Jair Bolsonaro. Mourão queria que o presidente editasse um decreto definindo o escopo de atuação do “centro de governo”. Só que nada ficou definido. Foi jogado para depois da posse. Pode ficar para as calendas.

República carioca 1

Desde a ditadura o Rio de Janeiro ocupava tão maciçamente o centro do poder quanto no governo que se inicia dentro de oito dias. O primeiro e segundo escalões estão coalhados de cariocas —de nascimento ou que na cidade fizeram suas carreiras.

República carioca 2

A lista começa com o presidente e o vice, nascidos em São Paulo e Rio Grande do Sul, mas moradores da Barra da Tijuca e de Copacabana. Segue com Paulo Guedes, Roberto Castello Branco (Petrobras), Rubem Novaes (Banco do Brasil), Pedro Guimarães (Caixa), Roberto Campos Neto (BC), Joaquim Levy (BNDES), Carlos Von Doellinger (Ipea). E avança com o almirante Costa Lima (Minas e energia), Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral), Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e o general Fernando Azevedo e Silva (Defesa). Ah, é também o governo com menos paulistas e nordestinos das últimas décadas.

ECONOMIA

A mina de ouro do petróleo

Para que o leitor tenha noção do quanto os estados e municípios podem arrecadar com petróleo se os governos deixarem seguir o curso natural das coisas, ou seja, se fizerem os leilões para as áreas de exploração: em 2018, o petróleo devolveu a estados e municípios R\$ 60 bilhões entre royalties e participações especiais, mas segundo um estudo da ANP, esse valor pode chegar a R\$ 300 bilhões por ano em 2030.

Mais pra R\$ 50 bilhões

Internamente, a XP avalia que o IPO (abertura de capital em bolsa) da empresa, previsto para meados de 2019, será em torno dos R\$ 50 bilhões.

Em negociação

Foram retomadas as negociações com a United Health para a venda da fatia que a família de Edson de Godoy Bueno ainda detém na Amil. As conversas incluem também oito hospitais pertencentes aos filhos, Pedro e Camila, e à Dulce, sua primeira mulher. Quem acompanha a transação prevê que a transação não deve se consumir antes do segundo trimestre do ano que vem.

LAVA-JATO

Um rei a caminho da delação

Arthur Soares, o notório Rei Arthur, denunciado pelo MPF no escândalo da compra de votos para a Olimpíada de 2016 e hoje foragido em Miami, está trocando de advogado. Deixou o tradicional escritório de João Mestieri pelo novato Nythamar Filho, que já defende Fernando Cavendish, Alexandre Accioly e José Mariano Beltrame.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/12/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Proselitismo :: Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

Parece que muita gente anda assustada. A televisão tem sido abarrotada por propagandas defendendo a relevância da indústria, da Petrobras, do BNDES, dos auditores fiscais e do Sistema S.

Em tempos de penúria fiscal, muitos utilizam os recursos que arrecadam compulsoriamente da sociedade para defender o seu quinhão e exageram na retórica.

Defender a importância da indústria, por exemplo, não implica necessariamente preservar o modelo de crédito subsidiado e de proteções setoriais.

Devemos reconhecer o fracasso das políticas de desenvolvimento da última década, assim como o fato de gastarmos mais com servidores públicos do que outros países que têm serviços bem melhores.

Fracassaram igualmente as políticas para desenvolver o Nordeste e a Amazônia, regiões que continuam dependentes das benesses concedidas pelo restante do país depois de meio século de subsídios. As medidas paliativas não trataram as causas da desigualdade e apenas perpetuaram a pobreza.

Os grupos de interesse utilizam argumentos inflamados para desqualificar a divergência. No meio do caminho, aprovam leis que preservam seus subsídios, evitando discutir outras opções de políticas públicas.

A última coluna sistematizou os resultados surpreendentes de Theodore Schiútz e Affonso Celso Pastore acerca do desempenho da agricultura no Brasil em meados do século passado.

A relevância das suas conclusões decorreu da análise cuidadosa dos dados mediada pela estatística, resultado da retórica da ciência que vai na contramão do proselitismo dos vendedores de bálsamos milagrosos.

Em 1950, Schultz observou a importância da educação para o aumento da produtividade e dos salários, antecipando os resultados da agenda de pesquisa depois conduzida por Gary Becker e Jacob Mincer.

Por aqui, porém, caímos no conto do nacional-desenvolvimentismo e descuidamos da educação. Preferimos o descontrole das contas públicas e da inflação para proteger regiões e setores selecionados sob a promessa de que o país se tornaria rico.

Recentemente, Edmilson Varejão, William Summerhill e Samuel Pessôa construíram um modelo contra factual para estimar o custo da negligência. A nossa renda por habitante teria sido 25% maior em 1985 caso tivéssemos gasto apenas 1% a mais do PIB por ano com educação desde 1933.

Precisamos de menos propaganda e de mais debate sobre as evidências para auxiliar a política, à qual cabe negociar as soluções.

A depender da retórica dos grupos de interesse, os subsídios para setores produtivos e os incentivos para o desenvolvimento regional foram bem-sucedidos. Também não existe déficit na previdência e a Terra continua no centro do Universo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 23/12/2018**Seção:** Poder**Autor:** Flavia Lima**Título:** Temer acertou rumo da economia, mas falhou em não aprovar reformas

Gestão tirou país da recessão, mas não teve capital político para votar mudanças na Previdência

São Paulo- Na tarde de 12 de maio de 2016, ao ser empossado como presidente interino, Michel Temer disse que o seu maior desafio seria "estancar o processo de queda livre da atividade econômica que tem levado ao aumento do desemprego e à perda do bem-estar da população". O desafio se provou imenso.

O político que assumiu o governo após o impeachment de Dilma Rousseff conseguiu tirar o país da recessão e exibir indicadores econômicos positivos, como a inflação, que roda hoje abaixo da meta de 4,5%, e a taxa básica de juros, na mínima histórica.

Temer, porém, entrega a seu sucessor uma economia no processo de retomada mais lento da história — a atividade econômica está num nível 5% abaixo do pico, registrado no primeiro trimestre de 2014.

Adicionalmente, a despeito das mudanças na regra trabalhista que prometiam destravar o mercado de trabalho, o contingente de desempregados saltou de 11,6 milhões no segundo trimestre de 2016 para 12,4 milhões.

A reação morosa do emprego prova que a sugestão feita pelo presidente no momento da posse foi um tanto inócua. "Não fale em crise, trabalhe", disse Temer naquela tarde.

Nove entre dez especialistas afirmam, no entanto, que a arrastada recuperação econômica tem forte vínculo com a não aprovação do que era a medida mais esperada: a reforma da Previdência.

"Temer perdeu o poder político depois da visita de Joesley ao Jaburu e falhou em avançar na consolidação fiscal. A soma disso é uma das razões para os investimentos medíocres, incapazes de acelerar a recuperação", diz Affonso Celso Pastore, sócio da consultoria AC Pastore e ex-presidente do Banco Central.

Considerada a maior lacuna da administração emedebista, a chance de alterar as regras da aposentadoria foi enterrada em maio de 2017, quando um áudio de uma conversa de Temer com o empresário Joesley Batista no Palácio do Jaburu foi divulgado.

Na primeira versão apresentada pela equipe econômica de Temer, a reforma das aposentadorias previa economia de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos, tida como crucial para recompor os gastos públicos, elevar a confiança dos agentes e abrir espaço para investimentos, acelerando o crescimento.

O problema é considerado grave porque a Previdência consome metade dos gastos do governo — excluindo juros — e cresce 6% ao ano, pressionando uma conta que hoje já não fecha.

Em 2019, o país entrará no sexto ano de déficit público e a dívida bruta deve encostar nos 80% do PIB (Produto Interno Bruto), uma das maiores entre os emergentes.

Mesmo diante de números pouco vistosos, economistas e representantes do mercado financeiro e da indústria fazem um balanço, em geral, positivo do mandato de Temer.

"As condições econômicas que são transmitidas ao próximo governo são bem melhores do que ele [Temer] recebeu. Há uma agenda e uma consciência expandida dos problemas brasileiros", diz Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho do Bradesco.

"Nunca fui um entusiasta, como também não estou decepcionado. Foi um governo de transição e isso foi feito muito bem", diz José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas e pesquisador do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getúlio Vargas.

Para Afonso, a disposição ao diálogo foi a principal herança de Temer: "Se não conseguiu retomar o crescimento, ao menos evitou o pior".

Onde ele falhou? "Sinceramente, não consigo colocar a culpa da reação lenta da economia no governo Temer porque há elementos estruturais importantes que pesam nessa conta, como o endividamento de famílias, empresas e do próprio governo antes da crise", diz Alessandra Ribeiro, sócia da consultoria Tendências.

Quando se entra em uma crise com endividamento alto, observa a economista, a trajetória de recuperação é mesmo mais lenta.

Ribeiro cita como avanços importantes obtidos a criação da taxa de longo prazo, que busca eliminar de modo gradativo os subsídios do BNDES (Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social), a revisão do marco regulatório de óleo e gás, que flexibilizou a participação da Petrobras no pré-sal, e a agenda do Banco Central com foco na eficiência do sistema financeiro.

Para parte dos especialistas, um caminho importante para evitar o aprofundamento da crise foi a equipe econômica, considerada primorosa.

Com nomes como Ilan Goldfajn, na presidência do Banco Central, e Ana Paula Vescovi, que começou o governo à frente da secretaria do Tesouro Nacional, o Brasil passou a ter uma política econômica mais racional, retomando o tripé baseado em responsabilidade fiscal, sistema de metas de inflação e câmbio flutuante, diz Maurício Orenge, economista-chefe do Rabobank, banco holandês que, no Brasil, é focado no agronegócio.

Outra trilha acertada, diz Orenge, foi afixação de uma regra para a evolução dos gastos públicos, que deve reorganizar as contas públicas no longo prazo.

Aprovada em dezembro de 2016, a medida "muda o paradigma do administrador público que agora passa a ter que lidar com a restrição orçamentária", diz o economista.

Entre as críticas, existe a percepção de que o controle dos gastos continuou recaindo sobre o investimento público e também sobre o orçamento de programas de suporte à ciência e tecnologia, diz Pedro Wongtschowski, presidente do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), que reúne dirigentes de empresas como Ambev, Itaú, Vale e Natura.

Para Wongtschowski, a despeito de iniciativas cruciais, como a reforma trabalhista, a indústria poderia ter se saído melhor se o canal das exportações tivesse agido com mais vigor.

"É de se lamentar que o Reintegra, que devolvia ao exportador impostos pagos e não ressarcidos no momento da exportação, tenha sido praticamente suspenso", reclama.

O outro ponto de desaprovação foi a forma como Temer reagiu à paralisação dos caminhoneiros. Os protestos travaram o país e jogaram por terra as expectativas de um crescimento econômico superior à alta de 1% do PIB registrada em 2017.

Deixar as coisas explodirem, segundo especialistas, reduziu o poder de barganha já pequeno do governo, que respondeu ao caos rodoviário de maneira inadequada, com subsídio ao diesel e uma tabela do frete, que estabeleceu um preço mínimo em tempos de baixa demanda pelo serviço.

De modo geral, 2018 não foi fácil. Lá fora, sinais de que a era de juros baixos americanos chegava ao fim começaram a emperrar o forte fluxo de investimentos estrangeiros para países emergentes como o Brasil — cenário completado pela ameaça de guerra comercial dos EUA contra a China, a derrocada argentina e incertezas eleitorais.

Olhando à frente, a expectativa é que a frustração com o crescimento econômico e as incertezas com o cenário fiscal levarão um tempo para serem radicalmente revertidas. As previsões giram em torno de um alta pouco acima de 2% para o PIB do ano que vem.

"No fim das contas, o pano de fundo é que o PIB per capita está em torno de 9% abaixo do pico, antes do início da recessão", diz Pastore.

Para Orenge, a recuperação segue gradual porque a Previdência deve ser aprovada só no segundo semestre, impedindo que o investimento se recupere de forma imediata.

Ribeiro, da Tendências, diz que está um pouco mais cautelosa em relação ao sucesso do próximo governo na questão política, embora espere uso do capital eleitoral para aprovar a reforma previdenciária. "Mas não é um cenário tranquilo. No fundo, estamos um pouco na retranca", diz.

MME / ASCOM .